

Fatos e Crenças

É muito grave a recente trama das passagens aéreas dos congressistas. Não pelo fato de deputados e senadores fazerem uso deste salário indireto de acordo com os seus melhores interesses, mas sim pelo enquadramento do tema no rol de falcatruas cometidas pelos poderes constituídos. Creio que o tema da remuneração da classe política seja de suma importância para o adequado funcionamento da nossa República, já que o assunto é peça fundamental do arcabouço institucional em uma democracia.

Desde o artigo de John Ferejohn de 1986, entende-se claramente que o incentivo de um político a performar bem é intimamente ligado ao valor que ele extrai do mandato. Claro que espírito público e status estão ligados ao valor do mandato, mas sem dúvida ninguém se alimenta e paga o aluguel com estes ganhos intangíveis.

Um recente estudo do Cláudio Ferraz, professor da PUC-Rio, sai do campo das idéias e mostra com dados brasileiros que municípios que pagam salários mais altos em suas legislaturas tem uma classe política mais qualificada de acordo com o nível educacional, tipo de profissão anterior e experiência política. Além desta seleção positiva, o estudo encontra melhor performance política onde os salários são mais altos, corroborando com a teoria de Ferejohn.

É claro que salários altos não são panacéia para incentivar a classe política a fazer a coisa certa. Esse ponto é claramente mostrado pelo artigo de 2006 de uma série de economistas argentinos, inclusive o Professor Rafael Di Tella. Este estudo explica que para evitar a corrupção, é preciso bons salários e uma boa medida de controle, auditoria e fiscalização.

No Brasil, o fortalecimento institucional dos órgãos de controle tem sido tremendo. O sujeito que se aventura a gerir a coisa pública está hoje sujeito a auditoria, recomendações e determinações, da Controladoria, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e do Judiciário. No entanto, este amadurecimento institucional ainda não foi plenamente incorporado no debate nacional.

Fala-se de sonegação, como se a arrecadação não houvesse subido de cerca de 20% para mais de 35% do PIB. Fala-se de direcionamento de licitação, como se o pregão eletrônico não tivesse gerado tremenda economia para o erário. Fala-se de evasão de divisas como se a Polícia Federal não prendesse um par de doleiros de meses em meses.

Claro que ainda há muito que avançar, mas não podemos conduzir o debate como se as instituições não tivessem amadurecido. Afinal, encarar o Congresso como um mar de lama em tempo que Ministro do Supremo Tribunal Federal, órgão técnico protetor da Constituição Federal, desrespeita colega em público, apenas fortalece o personalismo executivo às expensas da democracia.

Em resumo, a remuneração da classe política é peça fundamental do arcabouço institucional de uma república. É preciso controlar, mas também remunerar bem os atores dos quais exigimos boas práticas. Tratar a classe como uma corja sem caráter apenas afugenta os bem intencionados com espírito público.

Igor Barenboim é PhD em Economia por Harvard e Subsecretário de Administração da Cidade do Rio de Janeiro